

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Resumo Não Técnico

CÂMARA MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE

dezembro de 2022



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

Resumo Não Técnico

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere | dezembro de 2022

Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.



ÍNDICE

EQUIPA TÉCNICA	6
O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?	7
O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A SUA METODOLOGIA?	7
QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?.....	8
QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA REVISÃO DO pdmfz?.....	9
O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO – FCD?	11
QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS E INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DOS FCD?	11
QUAIS SÃO AS OPORTUNIDADES E RISCOS DA ALTERAÇÃO DO PLANO?	16
QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?	19
QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO?	21
QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?.....	28

Índice de Quadros

Quadro 1. Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.....	12
Quadro 2. Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para a revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.....	13
Quadro 3. Relação entre os FA e os FCD definidos.....	14
Quadro 4. Relação entre os FCD e os instrumentos de referência ambiental definidos.....	15
Quadro 5. Análise SWOT do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.	16
Quadro 6. Análise SWOT do FCD Ordenamento e Qualificação do Território.....	17
Quadro 7. Análise SWOT para o FCD Desenvolvimento Económico e Social	17
Quadro 8. Análise SWOT do FCD Património e Paisagem.....	18
Quadro 9. Análise SWOT do FCD Qualidade Ambiental.....	18
Quadro 10. Análise SWOT do FCD Energia e Alterações Climáticas	19
Quadro 11. Análise SWOT ao FCD Riscos Naturais e Tecnológicos.....	19
Quadro 12. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica	20

Lista de Acrónimos

- AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
- AFN – Autoridade Florestal Nacional
- AIA – Avaliação de Impactes Ambientais
- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- CCRLVT – Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo
- COVNM – Compostos Orgânicos Voláteis Não Metânicos
- ERAE – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
- ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
- FA – Fatores Ambientais
- FCD – Fatores Críticos de Decisão
- GEE – Gases de Efeito de Estufa
- ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- PANCD - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação
- PDM – Plano Diretor Municipal
- PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
- POACB – Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode
- QE – Questões Estratégicas
- QRE – Quadro de Referência Estratégico
- RA – Relatório Ambiental
- RAN – Reserva Agrícola Nacional
- REN – Reserva Ecológica Nacional
- RFCD – Relatório de Fatores Críticos de Decisão
- RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território
- SIDS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
- SIC – Sítios de Importância Comunitária

EQUIPA TÉCNICA

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere encontra-se a cargo da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda., sob a coordenação da Dra. Joana Valente.

Dado o âmbito multidisciplinar do exercício de avaliação, a AAE envolveu uma equipa de técnicos especializados de modo a assegurar a elaboração dos vários domínios específicos envolvidos:

Joana Valente | Coordenação

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Poluição Atmosférica;
- Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente.

Lin Xumiao | Técnica

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Engenharia do Ambiente.

Carla Santos | Técnica

Formação:

- Licenciada em Planeamento Regional e Urbano

O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?

O Resumo Não Técnico (RNT) é um documento que acompanha o Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). O RNT sintetiza, em linguagem corrente, as principais informações que se encontram no RA. Isto no sentido de simplificar a participação pública relativamente aos planos e programas sujeitos a AAE.

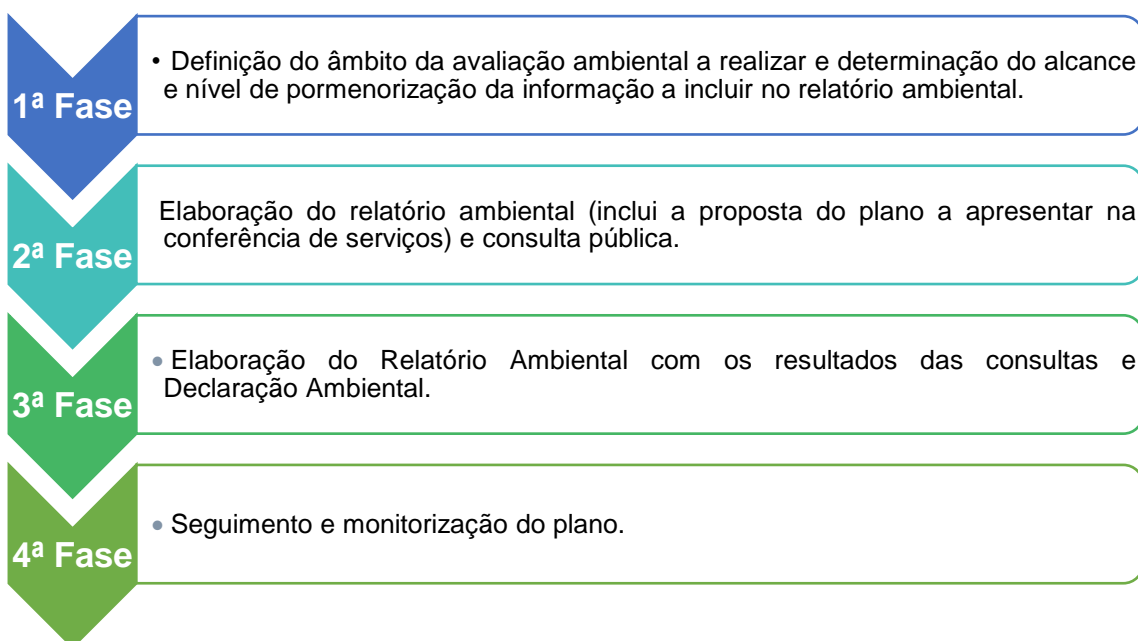
O presente documento constitui o RNT do processo de AAE da proposta da Revisão do Plano Diretor de Ferreira do Zêzere.

O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A SUA METODOLOGIA?

A AAE constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

De forma geral, a AAE tem como principais objetivos estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

Uma AAE integra as seguintes fases:



O processo desta AAE, reporta-se essencialmente, à análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que a concretização da Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, através de um processo abrangido pela definição do âmbito considerando os objetivos de avaliação, seguido da identificação dos efeitos significativos no ambiente, de modo a permitir uma ponderação das várias alternativas que conduzam à tomada de decisão.

QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

O PDM de Ferreira de Zêzere, encontra-se em vigor desde a data da sua publicação em Diário da República, ocorrida a 20 de dezembro de 1995 (RCM n.º 175/95). No entanto ao longo destes anos o mesmo sofreu várias alterações, a 1.ª Alteração foi ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2003, de 24 de novembro. A 2.ª alteração ocorreu em 2009, esta por adaptação, por intermédio do Aviso 13414/2009, de 29 de julho. A 3ª alteração foi publicada pelo Aviso n.º 12450/2010, no Diário da República, 2ª Série, n.º 119, de 22 de junho de 2010, teve como objetivo adequar este instrumento de planeamento territorial ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT). A 4ª alteração ocorreu por deliberação de 29 de junho de 2012 e foi publicada pelo Aviso n.º 2810/2013, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 40, de 26 de fevereiro. A 5ª alteração ocorreu no primeiro semestre e início do segundo de 2016, publicada pelo Aviso n.º 11298/2016, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 14 de setembro.

Ao caso específico do concelho de Ferreira do Zêzere, e ao seu PDM, a necessidade de revisão deste instrumento de gestão territorial decorre não só da transição de uma situação de gestão casuística, para outra em que se definiram regras de ocupação do território, como de diversos erros ou imprecisões do atual PDM.

O concelho localiza-se na região de Lisboa e Vale do Tejo (no Médio-Tejo), é atravessado pelo rio Zêzere no seu limite Nascente e a poucos quilómetros a sudoeste do Concelho encontram-se as Serras d'Aire e Candeeiros, pertencendo em termos turísticos à Região de Turismo dos Templários, (Floresta Central e Albufeiras). O PDM de Ferreira do Zêzere abrange uma área total de 184,9 Km², correspondente a um território administrativamente dividido em 7 freguesias: Águas Belas, União de freguesias de Areias e Pias, Beco, Chãos, Nossa Senhora do Pranto (Dornes e Paio Mendes), Ferreira do Zêzere, Igreja Nova do Sobral.

O concelho apresenta um carácter marcadamente rural e disperso, pois a totalidade da sua população (8619 habitantes em 2011) reside em locais até 2000 habitantes apresentando assim um nível de ruralidade de 100%.

A estrutura da atividade económica do concelho está essencialmente orientada para o aproveitamento dos recursos locais, de entre os quais se destacam os recursos do solo. Assim, as principais atividades da sua população ativa são as atividades agropecuárias e florestais e algumas iniciativas de transformação industrial dos produtos da terra.

O município é atravessado pelo principal afluente do Tejo, o rio Zêzere, integrando a Albufeira de Castelo do Bode, e de salientar que grande parte do território é ocupada por vastas áreas de pinhais e eucaliptais.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDMFZ?

Na prossecução das linhas estratégicas definidas no PDM'95, apresentam-se de seguida, as principais orientações para o concelho de Ferreira do Zêzere, sobre as quais deverão assentar as medidas a implementar.

OBJETIVO GERAL

Valorizar o papel do concelho de Ferreira do Zêzere no quadro das dinâmicas económicas e territoriais que se revelam dominantes na área do interior centro Português designadamente, da sustentação de um perfil de qualificação urbana e ambiental mais elevado com particular enfoque nos recursos florestais e na fileira turística, do reforço das infraestruturas essenciais ao desenvolvimento socioeconómico do concelho, da consolidação de uma estrutura económica apoiada no desenvolvimento de competências a nível humano e institucional, e de uma valorização dos recursos culturais e dos princípios de cidadania como garantia de um reforço da coesão social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação e a contenção dos perímetros urbanos, realizando uma clara delimitação e agregação do espaço urbano existente;
- Promoção da reabilitação e da regeneração de áreas caracterizadas pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva;
- Reforço e articulação das redes de infraestruturas básicas, de equipamentos coletivos, bem como da rede viária concelhia;
- Otimização da rede de transportes públicos e melhoria do desempenho ambiental dos mesmos, bem como articulação entre os modos suaves de mobilidade;

- Promoção da melhoria do acesso a bens, serviços e competências favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural da população, contribuindo para a integração e a prevenção de fenómenos de exclusão social, económica e cultural, assim como para o desenvolvimento de capacidades de expressão criativa e de integração numa sociedade cada vez mais ditada pelas novas tecnologias da informação e comunicação.
- Fomento da inclusão social, da mobilidade e da acessibilidade para todos como condição natural ao exercício do ordenamento do território;
- Reforço dos eixos de cooperação e de acordo institucional e desenvolvimento de formas de participação da sociedade civil, através da sensibilização da comunidade para um modelo de desenvolvimento sustentável, bem como para a promoção efetiva das potencialidades e recursos do concelho;
- Renovação do modelo de crescimento económico, assentando na valorização dos recursos endógenos com o desenvolvimento competências e de abordagens inovadoras para o seu aproveitamento;
- Aposta na oferta quantitativa e qualitativa de espaços para atividades económicas, gerando emprego e reforçando, simultaneamente, a competitividade no contexto municipal e supraconcelhio.
- Proteção e salvaguarda do património natural-geológico e biológico, arquitetónico e arqueológico, no âmbito do planeamento do território e da gestão urbanística.
- Promoção turística e lúdica do património natural, paisagístico e cultural, por representarem importantes ativos económicos e serem elementos identitários e diferenciadores do concelho;
- Valorização do património natural, enquanto produtor dos serviços de ecossistemas, sobretudo ao nível da captura de carbono que contribui para a mitigação das alterações climáticas;
- Aproveitamento turístico do rio Zêzere e das suas margens, respeitando a sensibilidade ecológica da área, em particular da água, por constituir uma das maiores reservas de abastecimento público do país;
- Promoção da localização geoestratégica dos percursos pedestres, fomentando a articulação com os valores naturais e culturais;
- Assunção das áreas agrícolas, florestais e naturais como parte essencial dos espaços onde se desenvolvem funções humanas, promovendo novos eixos de sustentabilidade com os espaços urbanos através do equilíbrio entre a exploração dos recursos agropecuários e florestais e o potencial turístico e lúdico dos valores naturais e culturais;

- Efetivo ordenamento e estabelecimento de um modelo organizativo e de gestão, delimitando e salvaguardando as áreas de risco, nomeadamente as áreas inundáveis, de instabilidade de vertentes e de incêndio florestal, de forma a garantir a segurança de pessoas e bens;
- Fomento de um sistema eficiente de tratamento dos efluentes e resíduos urbanos, rurais e industriais, numa lógica de aproveitamento dos mesmos.

As Questões Estratégicas identificadas para a Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere integram as dimensões **Ambiental**, **Económica** e **Social**, consideradas as dimensões base do **Desenvolvimento Sustentável**.

O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO – FCD?

Os **Fatores Críticos de Decisão** (FCD) são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano.

Os FCD para a proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, são:

- ↘ **Biodiversidade e Conservação da Natureza**
- ↘ **Ordenamento e Qualificação do Território**
- ↘ **Desenvolvimento económico e social**
- ↘ **Património e Paisagem**
- ↘ **Qualidade Ambiental**
- ↘ **Energia e Alterações Climáticas**
- ↘ **Riscos Naturais e Tecnológicos**

QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS E INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DOS FCD?

De acordo com a metodologia da AAE utilizada, as componentes de apoio à determinação dos FCD considerados para a avaliação do plano foram os seguintes:

1. **Questões estratégicas** (QE) da proposta alteração mantêm-se como opções estratégicas referidas anteriormente.

2. Instrumentos de referência estratégica (estratégias, planos, políticas e programas):

3. Fatores ambientais (de acordo com o estipulado pela legislação):

Quadro 1. Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

Instrumento de Enquadramento Estratégico Nacional	Acrónimo
Plano de Recuperação e Resiliência	PRR
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
Estratégia Nacional para a Energia 2020	ENE 2020
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	PNAEE
Plano Nacional da Água	PNA
Programa Nacional Energia e Clima	PNEC 2030
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	ENAAC 2020
Agenda 2030	Agenda 2030
Estratégia Nacional para o Ar	ENAR 2020
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
Estratégia Turismo 2027	ET2027
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Nacional de Desenvolvimento Rural	PEND
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2020	PEAASAR 2020
Plano Estratégico para os Recursos Urbanos	PERSU+
Estratégia Nacional para Efluentes Agropecuários e Agroindustriais	ENEAPAI
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
Plano Rodoviário Nacional	PRN – 2000

Instrumento de Enquadramento Estratégico Nacional	Acrónimo
Estratégia Nacional para as Florestas	ENF
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD
Instrumento de Enquadramento Estratégico Regional	Acrónimo
Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste	PGRH5
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Plano de Ordenamento de Albufeira de Castelo de Bode	POACB
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo	PROT-OVT
Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo	PROF LVT
Instrumento de Enquadramento Estratégico Local	Acrónimo
Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Ferreira do Zêzere	PMDFCI – Ferreira do Zêzere
Plano Municipal de Emergência de Ferreira do Zêzere	PEM – Ferreira do Zêzere
Programa Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	PTD-MTPI

Neste contexto e considerando o ajuste dos fatores ambientais do referencial legislativo à proposta de revisão do plano de pormenor em análise, tendo como referencial uma focagem estratégica, a escala de avaliação e a relevância de cada um dos fatores no contexto territorial e do IGT em estudo, resultou a seleção dos seguintes fatores ambientais.

Quadro 2. Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para a revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais considerados relevantes
Biodiversidade	√
Fauna	√
Flora	√
Património Cultural	√
Atmosfera	√
Água	√

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais considerados relevantes
Solo	√
Fatores Climáticos	√
Paisagem	√
Bens Materiais	√
População	√
Saúde Humana	√

Através da análise do quadro anterior, verifica-se que todos os FA foram considerados relevantes para a análise da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

Neste âmbito, estabeleceu-se uma relação entre os FA considerados mais relevantes, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e os FCD definidos.

Quadro 3. Relação entre os FA e os FCD definidos.

FA \ FCD	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Ordenamento e Qualificação do Território	Desenvolvimento Económico e Social	Património e Paisagem	Qualidade Ambiental	Energia e Alterações Climáticas e	Riscos Naturais e Tecnológicos
Biodiversidade	X	X				X	X
Fauna	X	X				X	X
Flora	X	X				X	X
Património Cultural		X	X	X			X
Atmosfera					X	X	X
Água	X				X	X	X
Solo	X	X			X	X	X
Fatores Climáticos	X				X	X	
Paisagem	X	X		X			X
Bens materiais		X	X	X		X	X
População			X		X	X	X
Saúde Humana		X	X		X	X	X

Importa ainda a respeito dos FCD definidos demonstrar que os mesmos possuem uma relação direta com o cumprimento dos objetivos genéricos dos vários instrumentos identificados no quadro de referência, realçando-se a intensa relação dada pelos diferentes instrumentos para o FCD que se designou de Qualidade Ambiental.

Quadro 4. Relação entre os FCD e os instrumentos de referência ambiental definidos.

QRE \ FCD	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Ordenamento e Qualificação do Território	Desenvolvimento Económico e Social	Património e Paisagem	Qualidade Ambiental	Energia e Alterações Climáticas e	Riscos Naturais e Tecnológicos
PRR		X	X		X	X	X
PNPOT	X	X	X	X	X	X	X
ENDS	X	X	X	X	X	X	X
RNC		X	X		X	X	X
ENCNB	X			X			
ENE		X	X		X	X	X
PNA					X		
PNEC2030		X	X		X	X	X
ENAAC 2030					X	X	
P-3AC		X	X		X	X	X
Agenda 2030			X		X		
ENAR 2020						X	
PNAAS			X		X		
ET2027			X				
PNUEA					X		
PENSAAR		X			X		
PERSU 2020+		X			X		
ENEPAI					X		
PEPS		X			X	X	X
PRN – 2000		X	X				
ENF	X					X	X
PANCD			X				
PGRH5	X	X		X	X	X	X
PGRIRH5	X	X		X	X	X	X
PROFLVT	X	X	X			X	X
PSRN2000	X		X	X			
POACB	X				X	X	X
PROT-OVT		X	X		X		
PMDFCI	X	X				X	X
PTD-MTPIS		X	X	X			

QUAIS SÃO AS OPORTUNIDADES E RISCOS DA ALTERAÇÃO DO PLANO?

De seguida apresentam-se análise de oportunidades e riscos por FCD onde se identificam os pontos positivos e negativos da alteração do plano.

Quadro 5. Análise SWOT do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.

PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Património natural classificado (ZEC Sicó/ Alvaiázere) Rede Natura 2000. ▪ Envolvente paisagística e ambiental (montanha, floresta, cursos de água) ▪ Proteção e valorização do património natural (existência de percursos sinalizados) ▪ Diversidade e Riqueza de Valores Naturais ▪ Potencial Florestal ▪ Território pouco fragmentado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deficiente oferta de alojamento hoteleiro em TER ▪ Ausência de Zonas de Intervenção Florestal 	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição da Estrutura Ecológica Municipal, no âmbito do PDMFZ ▪ Considerável potencial para o recreio e valor paisagístico nos espaços florestais. ▪ Presença de espaços naturais valiosos com potencial para a prática de atividades lúdicas e didáticas ligadas à natureza. ▪ Preservação e valorização dos valores naturais. ▪ Otimizar a gestão e o ordenamento florestal. ▪ Gestão sustentável dos recursos florestais. ▪ Criação de rotas turísticas para valorização e divulgação dos valores naturais. ▪ Valorização dos recursos cinegéticos e piscícolas ▪ Manutenção do mosaico diversificado da paisagem. ▪ Identificação e consciencialização da Paisagem como recurso. ▪ Definir uma estrutura ecológica municipal. ▪ Potencial para o estabelecimento de Zonas de Intervenção Florestal. ▪ Existência de financiamento disponível no POSEUR para a elaboração de planos de gestão para as áreas classificadas Rede Natura 2000. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de ordenamento florestal e de definição de Estrutura Ecológica Municipal ▪ Incêndios florestais ▪ Conversão de solo rural em urbano. ▪ Consumo de espaço florestal e natural para construção de infraestruturas urbanas e edifícios ▪ Domínio do povoamento de eucalipto na área florestal 	AMEAÇAS

Quadro 6. Análise SWOT do FCD Ordenamento e Qualificação do Território

PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de cobertura de redes (abastecimento, saneamento, eletricidade, comunicações) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Território em processo de quebra demográfica ▪ Abandono das zonas agrícolas ▪ Concentração dos equipamentos na freguesia de Ferreira do Zêzere ▪ Número baixo acessos de internet de banda larga ▪ Oferta de transporte público insuficiente 	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da oferta do Transporte Público ▪ Novos equipamentos projetados (parque de campismo e autocaravanas; ginásio Municipal). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiência de medidas de requalificação do comércio tradicional ▪ Tendência para o enfraquecimento das freguesias rurais por oposição ao crescente aumento populacional da freguesia de Ferreira do Zêzere 	AMEAÇAS

Quadro 7. Análise SWOT para o FCD Desenvolvimento Económico e Social

PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desemprego abaixo da média ▪ Aumento do número de explorações agrícolas ▪ Potencial natural e paisagístico adequado ao turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixo número de empresas sediadas ▪ Baixo poder de compra da população ▪ Baixo ganho médio mensal 	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de zonas industriais infraestruturadas ▪ Elevado potencial para turismo de natureza 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixo nível de instrução da população ▪ Alojamento turístico insuficiente 	AMEAÇAS

Quadro 8. Análise SWOT do FCD Património e Paisagem

PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de património arquitetónico classificado ▪ Grutas de Avecasta ▪ Variedade e riqueza paisagística ▪ Existência de sítios arqueológicos com diversidade topológica e cronológica ▪ Existência de sítios arqueológicos com características para integrarem roteiros patrimoniais e serem alvo de valorização ▪ Existência de património de arquitetura civil e religiosa inventariado ▪ Povoação de Dornes e da Avecasta 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de património classificado como de Interesse Municipal ▪ Carência de ligação entre os diversos recursos turísticos (histórico-culturais-naturais) ▪ Não existência de investimento em projetos de investigação relativo ao património arqueológico 	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização turística do património e paisagem ▪ Criação de rotas turísticas para valorização e divulgação dos valores naturais. ▪ Manutenção do mosaico diversificado da paisagem. ▪ Identificação e consciencialização da Paisagem como recurso. ▪ Criação de roteiros arqueológicos onde se destaque igualmente a paisagem onde se incluem ▪ Criação de roteiros temáticos relativos ao património arquitetónico e ao património etnográfico ▪ Desenvolvimento de projetos de investigação de arqueologia ▪ Identificação de património arquitetónico e arqueológico inéditos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução de projetos que não cumpram as condicionantes arqueológicas vigentes na legislação em vigor e em pareceres técnicos para a salvaguarda do património arqueológico. 	AMEAÇAS

Quadro 9. Análise SWOT do FCD Qualidade Ambiental.

PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa captação dos resíduos urbanos ▪ Elevada taxa de separação seletiva de resíduos ▪ Baixa taxa de deposição de resíduos em aterro ▪ Boa qualidade da água da rede pública de abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consumo de água muito elevado ▪ Perdas de água muito elevadas ▪ Frequentes excedências ao valor limite de ozono no ar 	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevada aptidão agrícola do solo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contaminação das águas superficiais e subterrâneas 	AMEAÇAS

Quadro 10. Análise SWOT do FCD Energia e Alterações Climáticas

PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixas emissões de gases com efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consumo doméstico de energia elétrica superior à média 	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento e implementação de uma Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de fornecimento de gás natural ▪ Inexistência de medidas de adaptação às alterações climáticas 	AMEAÇAS

Quadro 11. Análise SWOT ao FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de PMDFCI ▪ Existência de PMEPC 		PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existem instalações abrangidas pelo DL 150/2015. ▪ Gestão florestal sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco elevado de erosão ▪ Risco elevado de incêndio ▪ Aumento do risco de incêndio provocado pelo abandono do espaço rural 	AMEAÇAS

QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?

Na avaliação de efeitos foram identificados os principais efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos), decorrentes das opções estratégicas do plano, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de plano e assegurar a sua sustentabilidade.

Quadro 12. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica

FCD	Crítérios	Situação Existente	Tendência de Evolução sem Plano	Tendência de Evolução com Plano
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas		↓	↘
	Conservação da Natureza		→	↘
	Gestão e Conservação da Floresta		→	↘
Ordenamento e Qualificação do Território	Uso e Ocupação do Solo		→	↘
	Coesão Territorial		→	↘
	Qualificação Urbana		↓	↘
	Mobilidade		→	↘
Desenvolvimento económico e social	Desenvolvimento Humano		↓	↘
	Competitividade e Desenvolvimento Local		↓	↘
	Dinâmica Turística		↓	↘
Património e Paisagem	Património Arquitetónico e Arqueológico		↓	↘
	Paisagem		→	↘
Qualidade Ambiental	Resíduos		↓	↘
	Solo		↓	↘
	Água		→	↘
	Ruído		↓	↘
	Ar		↓	↘
Energia e Alterações Climáticas	Energia		↓	↘
	Alterações Climáticas		↓	↘
Riscos Naturais e Tecnológicos	Cheias		↓	↘
	Incêndios		↓	↘
	Erosão		↓	↘
	Riscos Tecnológicos		↓	↘

Situação Existente (distância à situação desejável)	Muito afastada dos objetivos desejáveis	Afastada dos objetivos desejáveis	Próxima dos objetivos desejáveis
Tendências de evolução	→	↓	↘
	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva
	Afastamento dos objetivos e metas		Aproximação aos objetivos e metas

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos

associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade territorial do concelho de Ferreira do Zêzere.

QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO?

Considerando as oportunidades e riscos identificados na seção anterior, propõe-se o seguinte conjunto de diretrizes de seguimento associadas a cada um dos FCD:

ÁREAS CLASSIFICADAS

- Promover ações de conservação e valorização da área classificada do concelho

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- Promover a proteção e preservação dos componentes da estrutura ecológica municipal
- Desenvolvimento de um Guia de Boas Práticas para a implementação e gestão das áreas da estrutura ecológica municipal.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

- Promover a introdução de espécies autóctones.
- Elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Florestal que contribua para a melhoria do ambiente e minimização dos impactes sobre a floresta, procurando induzir boas práticas na sociedade em geral, numa visão de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável.
- Criação de zonas de intervenção florestal, uma vez que estas permitem um ordenamento florestal mais eficiente e sustentável.
- Promover ações de reflorestação das áreas aridas.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- Identificar e resolver situações que provoquem eventuais conflitos de usos com o meio urbano.
- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos.
- Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola e florestal.

- Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, de áreas com interesse natural e ou corredores ecológicos relevantes.
- Implementação das regras de proteção e valorização ambiental definidas para as áreas da Estrutura Ecológica Municipal em solo rural e urbano
- Promover a capacidade produtiva dos espaços agrícolas e florestais através do condicionamento de usos ou atividades que destruam as potencialidades e características dos solos;
- Assegurar uma maior racionalização na utilização dos recursos endógenos existentes, promovendo a multifuncionalidade no aproveitamento dos recursos.
- Proteger as aptidões naturais dos solos, potencia-las e evitar incompatibilidades entre usos ou atividades;

COESÃO TERRITORIAL

- Promoção da coesão urbana.
- Promover o acesso dos cidadãos aos distintos equipamentos, reforçando a centralidade dos lugares.

QUALIFICAÇÃO URBANA

- Garantir uma imagem urbana atrativa.
- Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e, identificação de ações necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos.
- Promover a consolidação e qualificação das centralidades em áreas urbanas de elevada densidade urbana (sede de concelho e polos urbanos secundários), caracterizadas pela maior densidade comercial, funções urbanas centrais, maior confluência de rede de transportes públicos e com potencial para a localização de novas formas de comércio.
- Criação de medidas de incentivo recuperação do edificado em vez de novas construções.
- Salvar as condições de acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada em espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 08/08.
- Assegurar a existência de espaços verdes e de infraestruturas que facilitem a prática de exercício físico por parte da população, e caso se justifique, espaços de jogo e recreio para os diferentes grupos etários, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/97 de 27/12.

MOBILIDADE

- Promover o uso de transportes públicos como aproveitamento sustentável dos novos traçados rodoviários e das requalificações e retificações dos traçados já existentes.
- Promover a melhoria da acessibilidade intra-freguesias.
- Promover a realização de estudos de mobilidade que acautelem os impactes dos fluxos rodoviários na rede, derivados da presença de polos potencialmente geradores de tráfego.
- Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Promover a qualificação/adequação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região.
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.
- Monitorização da fixação e qualificação da população residente.

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas.
- Arranjar soluções que permitam rentabilizar as infraestruturas existentes e/ou a criar.
- Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial.
- Monitorização das iniciativas de promoção dos espaços de atividades económicas.
- Promover o desenvolvimento de empresas eficientes energeticamente e com recursos a técnicas limpas, visando a diminuição de poluentes;
- Melhorar as características das empresas atuais com novas orientações legislativas, de forma a garantir a sustentabilidade energética e ambiental;
- A promoção do potencial agrícola e pecuário deve ser ponderada com a avaliação impactes ambientais que este tipo de indústria causa;

DINÂMICA TURÍSTICA

- Promover o desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural privilegiando a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico;

- Desenvolver uma estratégia de marketing turístico em articulação com as atividades culturais e valores patrimoniais, de modo a potenciar sinergias económicas.
- Garantir a salubridade das infraestruturas para a prática de turismo nas zonas balneares;

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

- Aumentar a reabilitação/reconversão do património construído e das edificações existentes face a nova construção, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços.
- Adotar medidas para uma dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado, em função das suas características paisagísticas, agrícolas e rurais, rotas pedestres, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas e arqueológicas.
- Efetuar a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerando os de interesse municipal e pretendendo assegurar por este meio a sua manutenção e recuperação.
- Reforçar as atividades de grupos culturais já existentes com o objetivo de preservar hábitos e costumes.
- Dar continuidade à carta arqueológica, tendo em conta que este é um documento que carece de atualização em contínuo.
- Monitorizar a conservação e preservação do património arquitetónico inventariado.
- Dinamizar e valorizar circuitos turísticos e culturais como forma de promoção dos valores culturais do concelho.
- Promover a divulgação do património arqueológico do concelho junto da comunidade (por exemplo, visitas guiadas a estações arqueológicas e exposições temporárias de arqueologia).
- Definição de condicionantes arqueológicas no âmbito dos licenciamentos e operações urbanísticas e florestais, emitidos pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere.

PAISAGEM

- Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais, de forma a promover a preservação da natureza e da biodiversidade e a minimização dos impactes visuais na paisagem.
- Analisar a compatibilidade dos trilhos, caminhos e outras atividades de lazer com o espaço envolvente.

AR

- Melhoria dos sistemas de transportes públicos

- Concentração nos espaços industriais, das unidades potencialmente geradoras de tráfego pesado.
- Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que além de beneficiar o ambiente urbano, em termos de qualidade do ar, também melhora a comodidade acústica e a vivência urbana.
- Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.
- Incentivar as indústrias locais na redução da poluição do ar, através da instalação de sistemas de controlo de emissão de poluentes;
- Monitorizar periodicamente as fontes poluidoras.

RESÍDUOS

- Incentivo ao funcionamento das indústrias em “círculo”, promovendo a reutilização e reciclagem de produtos e matérias-primas.
- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos.
- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do tratamento dos resíduos gerados;
- Monitorizar regularmente as zonas de depósitos dos resíduos, a fim de evitar o risco de incêndio;
- Desenvolver um sistema de recolha de resíduos agrícolas que permitam um destino e tratamento adequado.

RUÍDO

- Sempre que possível, proceder-se ao estabelecimento de barreiras acústicas recorrendo à utilização de árvores e arbustos de espécies adequadas, uma vez que estes cumprem a dupla função de barreira acústica e de sumidouro de dióxido de carbono.
- Concentração nas zonas industriais, das unidades potencialmente geradoras de elevados níveis de ruído.
- Redefinição das frentes de expansão urbana, na sua articulação espacial com fontes emissoras de poluição sonora.
- Preservar zonas sensíveis e mistas com níveis sonoros regulamentares.

- Desenvolver e implementar um sistema de monitorização de ruído nas zonas urbanas mais sensíveis.
- Adotar medidas para a minimização da emissão de ruído originadas pela indústria e pelo tráfego de veículos pesados associado

ÁGUA

- Assegurar que os novos equipamentos públicos, indústrias e empreendimentos turísticos, incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes, do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados.
- Identificar e resolver as causas de perdas na rede de abastecimento de água.
- Delimitação das zonas de proteção das captações de água para consumo humano e definição das atividades que se podem realizar nas zonas de proteção.
- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo.
- Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes e a construir no concelho.
- Adotar medidas conducentes à resolução de problemas de salubridade e contaminação em locais de edificação dispersa.
- Combate as descargas de águas residuais clandestinas de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos.
- Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação dos recursos hídricos.
- Promover a proteção e preservação dos recursos hídricos do concelho (superficiais e subterrâneos).
- Medidas que visem a preservação das linhas de água e respetivas margens, mais especificamente a promoção do desenvolvimento de vegetação ripícola,
- Utilização de água residual tratada proveniente de estações de tratamento de águas residuais urbanas, em usos que se considerem viáveis, nomeadamente, na lavagem de pavimentos urbanos e de veículos, na limpeza de coletores e na rega de espaços verdes.
- Monitorizar a qualidade da água superficial e subterrânea.
- Prever a existência de um sistema de drenagem de águas pluviais;
- Promover técnicas de implementação de povoamentos florestais minimizadoras de erosão e de proteção de nascentes e linhas de água;

SOLO

- Promover o estudo dos solos contaminados;
- Fomentar a proteção, recuperação e valorização dos solos degradados não só pelas más práticas agrícolas, bem como pela florestação intensiva de pinhal e eucaliptal;

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Definir e implementar uma Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas, ao nível municipal, ou intermunicipal.

ENERGIA

- Promover a eficiência e certificação energética dos edifícios municipais.
- Promover uma iluminação pública mais eficiente.
- Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético concelhio.
- Promover o aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis.

INCÊNDIOS

- Promover ações de sensibilização relativas à preservação e proteção do espaço florestal.
- Avaliar e monitorizar os fogos florestais, bem como assegurar a implementação de medidas de vigilância e reflorestação de áreas ardidas.
- Promover ações de florestação nas áreas ardidas, tendo em conta os princípios e objetivos do Plano Regional de Ordenamento Florestal e o Código de Boas práticas na recuperação de áreas ardidas.
- Promover a adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

EROSÃO

- Criação de medidas minimizadoras da erosão dos solos, assim como: o incentivo ao revestimento do solo para que este não fique desprotegido e mais suscetível à erosão e o incentivo a práticas agrícolas mais adequadas.

CHEIAS

- Identificar as zonas de leito de rio ou cheias e salvaguardar a sua manutenção, bem como interditar à construção de novas edificações;
- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem setores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva.
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.
- Aproveitar o potencial de requalificação de zonas de risco em solo rural e impedir a sua ocupação urbana, em particular em zonas adjacentes aos cursos de água ameaçadas pelas cheias.
- Prevenir a construção de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação.
- Monitorização dos sistemas de recolha de águas pluviais, assim como sumidouros, valetas e outros canais de drenagem para que se encontrem sempre limpos e desobstruídos, para que em época de chuvas se previna a ocorrência de cheias.

QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?

A proposta do PDM desenvolve-se contextualizada num referencial estratégico funcionando como um elemento relevante para a afirmação de uma política de ordenamento do território, desenvolvimento regional e socioeconómico, os quais são essenciais à afirmação da sustentabilidade do concelho.

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade do concelho de Ferreira do Zêzere.

lugar do plano

gestão do território e cultura, lda



Avenida Araújo e Silva, 52
3810-048 Aveiro



+351 234 426 985
+351 962 054 106



lugardoplano@lugardoplano.pt



www.lugardoplano.pt